

O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NOS CURSOS DE
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DO
ACRE NO CAMPUS RIO BRANCO

*TEACHING ENTREPRENEURSHIP IN INTEGRATED HIGH SCHOOL COURSES AT
THE FEDERAL INSTITUTE OF ACRE*

DOI: [10.24979/ambiente.v17i3.1370](https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i3.1370)

Reinaldo Maia Siqueira  Luís Pedro de Melo Plese 

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma discussão sobre a abordagem do ensino de empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir dos Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal do Acre no Campus Rio Branco. A pesquisa bibliográfica partiu do entendimento de ensino politécnico defendido pela EPT e da abordagem do ensino de empreendedorismo proposto pela UNESCO no projeto regional de educação para a América Latina e o Caribe em 2004, seguindo a abordagem do método Materialismo Histórico-Dialético, considerando sua relevância e proposta metodológica com relação a educação empreendedora. Os resultados alcançados, mostraram que a proposta de formação empreendedora no EMI do IFAC/CRB, não está totalmente alinhada aos postulados de formação omnilateral e politécnica propostos pela EPT, carecendo de uma maior discussão acerca do tema, para apresentar melhorias na proposta de ensino-aprendizagem no IFAC/CRB.

Palavras-chave: Educação Profissional. Formação politécnica. Educação empreendedora. Formação do trabalhador.

Abstract: This article aims to discuss the approach to teaching entrepreneurship in Professional and Technological Education (EPT) from the Integrated High School (EMI) of the Federal Institute of Acre on the Rio Branco Campus. The bibliographical research was based on the understanding of polytechnic education defended by EPT and the approach to teaching entrepreneurship proposed by UNESCO in the regional education project for Latin America and the Caribbean in 2004, following the approach of the Historical-Dialectic Materialism method, considering its relevance and methodological proposal regarding entrepreneurial education. The results achieved showed that the entrepreneurial training proposal in the IFAC/CRB EMI is not fully aligned with the postulates of omnilateral and polytechnic training proposed by EPT, requiring further discussion on the topic, to present improvements in the teaching proposal- learning at IFAC/CRB.

Keywords: Professional education. Polytechnic training. Entrepreneurial education. Formation of the worker.

1.1 Introdução

Este artigo alinha-se ao campo das políticas educacionais, com ênfase na Educação Médio-Técnico Integrado, apresentando uma discussão acerca do tema “o empreendedorismo no ensino médio técnico integrado”. Tem como princípio de discussão a Rede Federal de Ensino Médio Técnico Integrado, especialmente no Instituto Federal do Acre (IFAC/CRB), a partir da prerrogativa da Lei n^o 11.741, de 2008, cujo objetivo é a preparação e a integração do aluno com as “dimensões trabalho, ciência e tecnologia”, visando cumprir os objetivos da educação nacional, de formar e promover o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” dos estudantes (Brasil, 2008a).

A escolha pelo tema deste estudo, fundamenta-se na busca por entender como os Institutos Federais (IFs) tem realizado o ensino em empreendedorismo, considerando a predominância do pensamento politécnico e omnilateral na base conceitual dos IFs, considerando a proposta da Educação Empreendedora, especialmente na formação profissional, uma vez que os organismos internacionais evidenciam as questões de incertezas do mundo produtivo em pleno século XXI.

A problemática central da pesquisa foi pautada em saber, como tem sido a abordagem curricular do ensino de empreendedorismo no IFAC/CRB, nos cursos técnico integrado ao ensino médio, do Campus Rio Branco, considerando a abordagem para uma formação politécnica?

Assim, para lançar luz a esse problema, esse estudo realizou uma análise das ementas das disciplinas de empreendedorismo, a partir dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos médio técnicos integrados ao ensino médio do IFAC/CRB–Campus Rio Branco, a partir da abordagem marxista de educação politécnica.

Para auxiliar a pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes problematizações: Em que legislação e/ou diretrizes do Ensino Médio Integrado (EMI) nos Institutos Federais se baseiam o ensino de empreendedorismo? O conceito de politecnicidade e omnilateralidade tem sido abordado no EMI? O que é educação empreendedora, qual o seu propósito e fundamentação? Que discussões sobre o empreendedorismo na educação tem sido levantadas, em outros IFs?

Partindo-se do método Materialismo Histórico-Dialético (MHD) como proposta de análise dos dados e fatos, foi possível discutir não apenas o objeto em si, mas também o contexto, a historicidade, as contradições e a complexidade diretamente relacionados com o tema. Para seguir uma linha de análise e para melhor compreensão e verificação do objeto de pesquisa utilizou-se os seguintes parâmetros: Conteúdo abordado nas ementas; concepção de ensino e práticas pedagógicas; e formulação de projetos, programas e relatórios nacionais e internacionais de natureza aplicada.

Embora o interesse por estudos na área de educação empreendedora venha aumentando bastante nos últimos anos, poucos estudos buscaram examinar os programas voltados para estudantes de ensino técnico e ensino médio. Esta é uma lacuna importante destes

estudos, visto que este público compõe a ampla maioria dos estudantes matriculados no IFAC/CRB, possibilitando identificar as principais abordagens vivenciadas pelos alunos no que se refere ao estudo de empreendedorismo.

O objetivo deste trabalho, é, portanto, discutir a abordagem do ensino em empreendedorismo para a formação dos alunos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Acre (IFAC/CRB) no Campus Rio Branco a partir de uma pesquisa documental associada à análise de conteúdo dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de dois cursos integrados ofertados no Campus.

1.2 Discussões Teóricas Sobre O Ensino Médio Integrado

1.2.1 Proposta De Ensino Médio Integrado Nos Institutos Federais

O Ensino Médio Integrado (EMI), ofertado nos IFs, é uma modalidade que tem sua origem, nas escolas profissionais de Afonso Pena, continuada por Nilo Peçanha, nos anos 1909 por meio da criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital dos Estados brasileiros, cujo objetivo era capacitar pessoas para se inserir no crescente processo de industrialização. Porém, como a maioria das regiões do Brasil ainda eram essencialmente agrícolas, pouco efeito esse modelo de ensino surtiu, com exceção de São Paulo, que vinha já se despontando com seu setor fabril. O que revela um importante ponto de análise, quanto a abordagem de educação profissional é ofertada nos Institutos Federais, em relação a suas vocações locais e regionais (Caires; Oliveira, 2016).

Para Marx e Engels, mesmo no âmbito de um Estado burguês, seria possível estabelecer legislações sociais e educacionais, que oportunizem melhor qualidade de vida a população e elevação das conquistas da classe operária (Machado,1989).

Cordão e Moraes (2017) afirmam que a educação profissional tem sido inserida mais corretamente na agenda do desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que tem sido entendida mais como um direito público subjetivo que de uma agenda política assistencial, superando assim a visão assistencialista por uma mais integrativa em relação a ciência, tecnologia e ao trabalho.

A Educação Profissional, no Brasil, sempre esteve direcionada a atender a formação de trabalhadores às necessidades do mercado de trabalho. Foi assim desde a colonização em 1500, onde se iniciou dois tipos de formação, uma chamada de instrução de ofício voltada à classe escrava e indígena e o ensino propedêutico, destinado a formar as elites brasileiras. Mesmo com o advento da Constituição Federal (CF) em 1988 que possibilitou ampliar os direitos sociais e educacionais, a reelaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Decreto n. 2.208, é possível constatar a inequívoca interferência do capital e das políticas neoliberais no processo educacional.

Após a efetivação do EMI através do Decreto n. 5.154, é aprovada a Lei n. 11.741 que promove alterações na LDB, entre elas a inserção de um subcapítulo destinado à educação técnica de nível médio, que segundo Caires e Oliveira (2016, p.142) o “Ensino

Médio Integrado representou a possibilidade de melhores condições para potencializar a constituição de uma educação Tecnológica alicerçada na formação humana integral, cidadã e crítica e na superação da dualidade”.

Por essa forma, não se trata apenas de acrescentar a formação profissional ao currículo do ensino médio, mas vai além. Tem a ver com a superação do dualismo estrutural da sociedade, da divisão de classe, da divisão entre a formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual da educação, da própria defesa da escola pública e da própria democracia (Ciavatta, 2014, p.197-198).

Nesse sentido a formação, proposta pelo IFs, perpassa um modelo pedagógico, em que o ensino segue uma perspectiva de verticalização da Educação Básica à Superior, com os professores atuando em todas as etapas e os alunos usufruindo de todos os espaços de aprendizagem ofertados nos Campi, além da atuação a partir do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, integrando ciência, tecnologia e cultura, de forma que

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (Pacheco, 2011, p. 27).

Esse olhar particular da forma de ensino dos IFs tem suas bases nos conceitos marxiano de Politecnia, desenvolvidos por Marx e Engels a partir de sua proposta de um novo tipo de escola voltada para os filhos dos trabalhadores, onde segundo Manacorda (2017) tal proposta teria um viés técnico, teórico e prático.

Marx (2008) apresenta o Ensino Politécnico por meio de três proposições: Primeira: Educação mental. Segundo: Educação física. Terceiro: Instrução tecnológica. Para o autor essa forma de escola, possui grandes limites para sua implantação no capitalismo, quando este propõe uma escola igual para todos. Já que para os autores o capitalismo produz um homem unilateral, alienado. Logo a resposta para essa unilateralidade do homem trabalhador, é a educação intelectual e a politecnia, única capaz de produzir homens omnilaterais, a partir do conhecimento de trabalho como princípio educativo, ou seja, capaz de fazer, mesmo com estranho e alienado, interagir com a escola e a sociedade, onde por meio do trabalho o homem pode ser liberto, proporcionando a formação omnilateral (Manacorda, 2017).

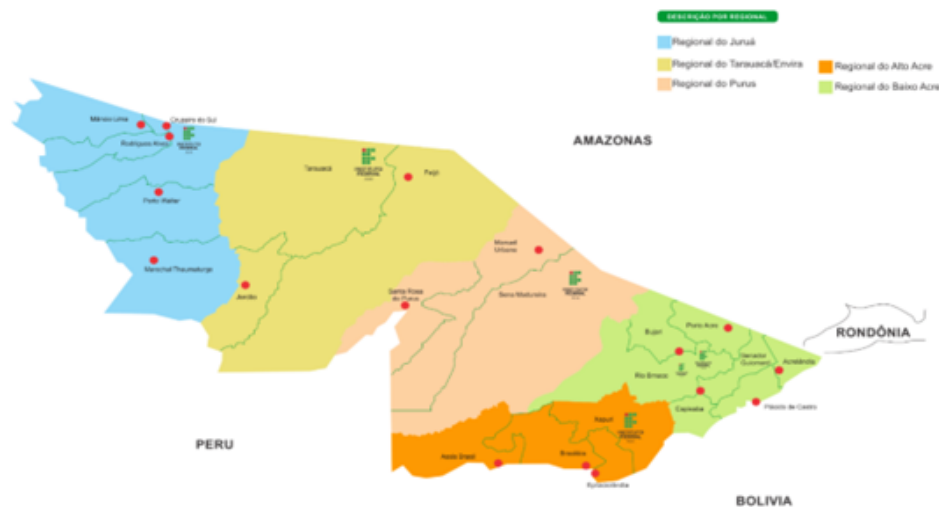
1.2.2 Ensino Médio Integrado No Ifac

O Instituto Federal do Acre - IFAC, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), instituída pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que iniciou suas atividades no Estado do Acre em 2009, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes

modalidades e níveis de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008b).

Considerando que o objetivo é potencializar o desenvolvimento regional e local, a partir da análise de perfil socioeconômico, político e cultural das regiões onde atuam, o IFAC, atualmente é composto por 6 Campi, conforme apresentado na Figura 1.1, sendo um em cada regional do Estado do Acre: Campus Rio Branco e Campus avançado Baixada do Sol, na regional do Baixo Acre; Campus Xapuri, na regional do Alto Acre; Campus Sena Madureira, na regional do Purus; Campus Tarauacá, na regional do Tarauacá/Envira; e Campus Cruzeiro do Sul, na regional do Juruá (Ifac, 2021).

Figura 1.1: Unidades do IFAC distribuídas nas Regionais do Estado do Acre.



Fonte: IFAC, 2021.

A disposição por região promove maior integração da instituição, por meio da afirmação do caráter social de origem das instituições e pelo redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e acesso dos acreanos a um ensino de qualidade, pautados na educação humana-científico-tecnológica do aluno buscando formar profissionais capazes de compreender a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação inicial e continuada de trabalhadores.

A oferta de curso de Ensino Médio Integrado e Técnico Subsequente foi iniciada em meados de 2010, a partir de cursos de Formação inicial e continuada e de formação técnica de nível médio com ênfase nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Meio Ambiente, Saúde e Segurança e, Informação e Comunicação. A oferta de cursos de graduação iniciou no ano seguinte, em 2011, ampliando o número de matrículas de 400 para 1.170 alunos (Ifac, 2021).

O Campus Rio Branco (CRB), criado pela Portaria MEC nº 1.170/2010, para a oferta de cursos técnicos integrados, subsequentes, superiores e pós-graduação. Conta, atualmente, com estrutura para promoção de aulas em educação presencial e a distância. A unidade

conta com salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, refeitório, estacionamento, ginásio poliesportivo, laboratório de prototipagem e incubadora de empresas (Ifac, 2021).

O CRB possui atualmente cerca de 212 profissionais, sendo 142 docentes Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 70 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), e aproximadamente 2.248 alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, formação inicial e continuada e na modalidade EJA, além de contar com uma estrutura moderna, pronta para a execução de ações de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para a preparação dos alunos para o mercado de trabalho (Ifac, 2021).

Os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) oferecidos pelo IFAC/CRB atualmente são: Informática para internet, Rede de Computadores e Edificações. Serão analisados mais à frente as questões relacionadas ao ensino de empreendedorismo nos dois primeiros cursos, a partir de uma discussão entre a proposta apresentada no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI e a proposta apresentada nos PPCs dos cursos médio Integrados do IFAC/CRB, no que se refere ao ensino de empreendedorismo a partir da visão politécnica da EPT.

1.2.3 Empreendedorismo Na Educação

Empreendedorismo e sua inserção na Educação

A preposição de se educar para o empreendedorismo, num primeiro momento, ficou restrita ao ensino superior, inicialmente nos anos 1981, partindo da Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), com o objetivo de oportunizar os alunos a empreender como alternativa de renda e de desenvolvimento econômico do país, alcançando posteriormente, grande parte das demais instituições de ensino superior (Fernandes, 2013).

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outros organismos internacionais, como Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE); o Banco Mundial (BM); o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que atua também no desenvolvimento de políticas educacionais de diversos países, inclusive no Brasil, vem estabelecendo diretrizes para a inserção do ensino de empreendedorismo como fator para o desenvolvimento dos países na educação básica.

Na Conferência de Jomtien ou Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, no ano de 1990, por exemplo, com a participação da UNESCO e outros organismos internacionais, não-governamentais (ONGs), representantes do governo e especialistas em educação, ratificaram o incentivo ao empreendedorismo na Educação Básica como estratégia para enfrentamento dos problemas gerados pelo desemprego.

Posteriormente, por meio do texto intitulado “PRELAC- Uma trajetória regional em direção à Educação para Todos” da UNESCO, em agosto de 2004, (Prelac/Unesco, 2004, p. 7-11) foi adicionado o quinto pilar educacional “aprender a empreender” às diretrizes

propostas por Jacques Delors, em 1998, descritas no Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado Educação um tesouro a descobrir (Unesco/Prelac, 2004).

Assim, na Educação Básica de nível médio e médio-profissionalizante, o empreendedorismo vem ganhando cada vez mais espaço, como estratégia de melhores condições de empregabilidade, trabalhabilidade e contenção à evasão escolar (Silva; Cária, 2015). Projetos e programas como os baseados na Pedagogia Empreendedora, de Fernando Dolabela, em âmbito Nacional e desenvolvidos em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), como, por exemplo, *Jovem Empreendedor*, *Junior Achievement* – voltados para alunos e o *Curso Despertar* – voltado para professores, entre outros, tratam-se de propostas voltadas à prática empreendedora no espaço escolar de nível médio (Sebrae, 2021).

Áreas como ciências sociais aplicadas e Ciências Sociais têm aberto discussões sobre o empreendedorismo social e como essas características inovadoras e eficientes podem colaborar com projetos com alcance social e não meramente privado, além de contribuir para diminuir a distância entre ricos e pobres (Hengemühle, 2014, p.29).

Para Fillion (1999), esse processo de ensino difere-se do tradicional pois leva em conta as ações dos próprios alunos, inserindo-os no seu próprio mundo, preparando-os para os desafios existentes e ao mesmo tempo preparando-os para um mercado altamente competitivo, como a falta de recursos e investimentos, as típicas relacionadas ao início de uma carreira ou de um novo negócio.

Mas esse ensino de empreendedorismo não se esgota, apenas na tentativa de construir competências para o futuro profissional e se inserir no mercado de trabalho como empregado ou como dono de seu próprio negócio, mas vai além, considerando que “a inovação e o espírito empreendedor são, portanto, necessários na sociedade tanto quanto na economia; na instituição de serviço público tanto quanto em empresas privadas” (Drucker, 1986, p.349).

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, especifica que a educação deve: “[...] fazer com que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que simplifica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal” (Unesco, 1996).

Já a Lei de criação dos IFs estabelece que:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: [...] VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2008b, p.1, grifo nosso).

Considerando que a educação é (para a comissão responsável pelo relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI), a mais importante de todas as finalidades para se alcançar “um mundo mais habitável e mais justo. Num momento em que a dúvida quanto às possibilidades oferecidas pela educação se apodera de alguns espíritos, a Comissão faz questão de sublinhar bem este ponto” (Unesco, 1996) e que o empreendedorismo é um dos importantes meios de se realizar a educação nos IFs, é importante discutir como o empreendedorismo tem sido abordado nos cursos médio integrados.

Antes de tudo, vale a pena entender o conceito de empreendedorismo e sua trajetória, dos livros de Economia para as salas de aulas das escolas inovadoras do século XXI. Isso porque sua aplicabilidade evoluiu muito ao longo dos anos. O conceito anteriormente arraigado ao sentido de abrir empresa, deixou de ser visto apenas como uma resposta ao desemprego (por possuir a capacidade de criar novos negócios ou se auto empregar) para, representar “uma atitude perante a vida, uma forma de estar que é apresentada como indispensável para o percurso de qualquer indivíduo e claro, também para o desenvolvimento socioeconômico das sociedades” (Ribeiro, 2013, p.3).

O estudo do empreendedorismo passa ao longo do tempo por duas vertentes. Na vertente clássica tem-se os grandes economistas clássicos, como Richard Cantillon (1680-1734) e Jean Baptiste Say (1767-1832), que postularam a noção de empreendedorismo e de empreendedores relacionada a pessoas que aproveitavam as oportunidades com expectativa de obter lucro, estimuladas pelo progresso econômico.

Posteriormente, após a contribuição do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) que associava a noção de empreender à noção de inovar, a vertente comportamentalista amplia o sentido do termo, principalmente por influência de autores de outras áreas como a administração, Ciências Sociais, psicologia, sociologia e a própria área da educação. Assim o termo empreendedor, para Jacques Filion passou a ser utilizado não apenas como aquele que abre empresas, mas no sentido de “quem imagina, desenvolve e realiza” (Filion, 1999, p.10).

Esse viés comportamentalista de ver o empreendedorismo teve dois expoentes como seus precursores: Max Weber (1864-1920) que identificou “o sistema de valores como um elemento fundamental para a exploração do comportamento do empreendedor” (Filion, 1999, p.8) e David C. McClelland (1971 *apud* Filion, 1999, p. 4) responsável por inserir a discussão no campo da psicologia, inferindo que o empreendedor “é alguém que exerce o controle sobre a produção que não seja só para o seu consumo pessoal...”.

Esses estudos buscavam, dentre várias abordagens, traçar um padrão de características e comportamentos entre os empreendedores de “sucesso”, já outras buscavam analisar casos

isolados, experiências e atributos específicos. Porém, nem uma nem outra abordagem foram capazes de identificar um perfil conclusivo, ficando assim, definido que o conjunto de características em comum entre os empreendedores de sucesso, que ficou conhecida por Perfil Empreendedor, distinguem um empreendedor de um empresário.

1.2.4 Educação Empreendedora nos IFs

Antes de discutir sobre a Educação Empreendedora nos IFs, vale ressaltar primeiramente a distinção entre “empreendedorismo em educação” de “empreendedorismo para a educação”, onde o primeiro se refere a abrir um negócio na área educacional e o segundo refere-se a utilizar os fundamentos de empreendedorismo para aprimorar os resultados na área educacional. Algumas considerações sobre essa diferenciação podem ser observadas no Quadro 1 (PNEE, 2007/2008).

Tabela 1.1: Exemplos conceituais de educação para o empreendedorismo segundo o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo - PNEE

Educação para o empreendedorismo é	Educação para o empreendedorismo não é
Educação transversal para a vida	Educação para a gestão empresarial
Centrada na ação	Centrada nos saberes
Focalizada nos processos e nos resultados	Focalizada nas tarefas
Coerente e constante	Esporádica e inconstante
Integrada multidisciplinarmente	Isolada disciplinarmente
Contextualizada	Descontextualizada
Construída pelos alunos	Transmitida pelos agentes de ensino

Fonte: Adaptado do Dossier PNEE, 2007/2008.

É com esse viés (do PNEE) que o ensino de empreendedorismo, inserido no currículo dos IFs, se alinha com as bases conceituais da EPT e conseqüentemente com a finalidades da existência dos IFs, conforme estabelece a lei de criação dos Institutos no

Art. 6º. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

[...]

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, **o empreendedorismo**, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2008, p. 1, grifos nosso).

A partir do pensamento do empreendedorismo para a educação é estabelecida a educação empreendedora, desenhada pelas escolas de administração, e culturalmente ligado às ciências econômicas, ao empresariado e a doutrina neoliberal, bastante combatida pela comunidade acadêmica ligada ao conceito de politecnia na educação básica.

As primeiras iniciativas do empreendedorismo na escola, se deu em 1995, em uma escola privada em Fortaleza, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro

e Pequenas Empresas – SEBRAE. Essa experiência acabou se espalhando para outras escolas particulares e públicas, culminando com uma proposição, a partir do programa de inserção do empreendedorismo na educação básica protagonizado por Fernando Dolabela e destinado às crianças e jovens com idades entre 04 e 17 anos - da pré-escola ao ensino médio, denominada de pedagogia empreendedora (Dolabela, 1999a).

A pedagogia empreendedora é apresentada como instrumento de desenvolvimento da capacidade empreendedora do aluno aplicável a qualquer atividade e não somente à criação de empresas, além de considerar a mudança cultural, construída a partir da realidade brasileira em busca da integração e desenvolvimento social, estimular os sonhos e os esforços para torná-los realidade com uso de uma metodologia própria de forma que o aluno seja capaz de introduzir novos valores culturais através de estratégias educacionais próprias (Dolabela, 2008).

Essa crescente “onda” de inserção das escolas na temática, alcançou aparentemente também os IFs, o que suscitou discussões em trabalho de dissertação de Mestrado, como o apresentado junto ao PPGEP/UFSC, levantando questionamentos do tipo:

Que linguagem é capaz de desencadear ações que emergem na preparação de cidadãos para a vida, para os desafios, oportunidades, nichos de mercado na relação professor, aluno, currículo, sociedade? Como o professor pode orientar pessoas para a sobrevivência na Era do Conhecimento em que mão-de-obra, terra e capital não são os melhores recursos, já que a riqueza vem do conhecimento, as oportunidades são daqueles que sabem usá-lo e, a partir dele, encontram uma nova forma de atuação e relação com o seu contexto? Como redirecionar a educação, fazendo-a voltar-se muito mais para um futuro provável do que para a certeza do que já ocorreu no passado, para a necessidade de aprender a aprender, em lugar de repetir as lições ensinadas? Como transformar a aula de um espaço inado a um espaço contínuo de aprendizagem, em que a comunicação é mais participativa, a relação professor-aluno mais aberta, interativa na qual se insere uma integração profunda entre sociedade e a escola, entre a aprendizagem e a vida? (Haeming, 2001, p. 2)

A autora identifica ser necessário propor um novo tipo de ciência e educação, onde o aprender ao longo da vida - como propõe o relatório para a UNESCO (Unesco, 1998), faz-se necessário, uma nova relação professor/aluno, pautada no princípio da cooperação, interação e parceria que resulte numa educação completa e que forme o homem por inteiro. Observa-se claramente que a autora busca estabelecer uma educação que seja centrada no indivíduo e que leve em consideração as mudanças constantes da sociedade.

Ainda, no contexto da educação profissional, Juliatto (2005), apresenta uma dissertação junto ao PPGEP/UFSC, onde procura identificar as competências empreendedoras presentes nos cursos técnicos profissionalizantes do IFSC. Aqui o autor estabelece uma

relação entre os históricos escolares dos alunos, e os métodos e práticas pedagógicas, presentes nas matrizes curriculares dos cursos. O autor, nota por fim que há um “descompasso entre as competências que estão sendo trabalhadas nos diferentes cursos técnicos do IFSC, com as competências que estão sendo explicitadas nos Históricos Escolares” (Juliatto, 2005, p.100).

Portanto, na discussão levantada neste trabalho, levou-se em consideração a análise do tipo de abordagem apresentada nos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) relacionados às disciplinas de Empreendedorismo e sua contextualização frente ao entendimento do conceito de educação para o empreendedorismo em seu sentido amplo.

1.3 Percurso Metodológico, Análise De Dados E Síntese Da Pesquisa

Considerando que a base epistemológica de sustentação desta pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético (MHD), para desenvolver a construção da parte teórica e as análises do objeto de estudo, ressaltam-se as especificidades que a compõem, que se constituem o pensar dialético, isso porque compreende-se que nada é para sempre, imutável, incondicional e, muito menos, existem verdades absolutas, uma vez que tudo está em uma realidade histórica, e que portanto é diretamente influenciado por ela, afetando-a de maneira paradoxal.

São necessário considerar alguns pontos a partir do paradigma dialético e do resultado das análises, segundo Severino (2007) como: a) a totalidade; b) historicidade; c) complexidade e suas múltiplas determinações; d) praxidade; e) concretude dos fenômenos; e f) dialeticidade, na qual são levados em conta o permanente conflito e as contradições de maneira imanente à realidade analisada. Dentro da percepção tem-se a contradição, a mediação e a totalidade promovendo essa estrutura teórica a partir da MHD.

Para o alcance dos objetivos traçados, respondendo aos questionamentos do estudo, procedeu-se primeiramente um levantamento bibliográfico de cunho teórico sobre a temática em questão. Revisou-se fontes teóricas que abordam temas sobre educação-trabalho, EPT e Educação empreendedora na perspectiva do ensino médio integrado. Em seguida procedeu-se à compilação das principais discussões realizadas sobre a temática na EPT no Brasil e nos IFs. Segundo Gil (2002, p.45), a vantagem de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Já quanto a revisão bibliográfica, buscou-se compreender os conceitos básicos da pesquisa, em especial politecnia, EMI, Educação Profissional e IFs, a pesquisa documental para as leis que regulam e fundamentam o sistema educacional brasileiro, visto que os documentos são “matérias que não recebem ainda um tratamento analítico, sendo que se constituem fonte rica e estável de dados” (Gil, 2002, p.42-43). Por isso, tanto a revisão bibliográfica quanto a pesquisa documental foram utilizadas para compreensão do objeto investigado.

A fim de obter respostas ao problema da pesquisa e ao considerar o objetivo geral de analisar e discutir a abordagem das ementas das disciplinas de empreendedorismo dos cursos médio técnicos integrados do IFAC/CRB, a partir da abordagem marxiana de educação politécnica, optamos por uma investigação descritiva. Esse modelo possibilita a verificação de características de determinada população ou fenômeno, ou seja, a descrição do ensino de Empreendedorismo no EMI do IFAC/CRB (Gil, 2002).

Vale ressaltar, que os resultados de pesquisas em educação, que utilizam o processo dialético, são caracterizados como sínteses, e não como respostas prontas e acabadas, pois “o processo dialético parte da análise de pólos contraditórios que em um confronto superam o momento anterior, produzindo, através da própria ação sobre a realidade, uma nova realidade pensada” (Leite, 2017, p.847).

A construção do problema de pesquisa foi realizada a partir de trabalhos anteriores que deixaram a problemática descoberta. Porém devido à grande quantidade de material disponível e a complexidade da abordagem do tema, nas diversas óticas, níveis e lugares, buscou-se dar foco e restringir a pesquisa ao âmbito do EMI nos IFs, especificamente quanto à proposta educacional nos documentos norteadores dos cursos no IFAC/CRB.

Para a análise do problema, tomou-se como parâmetro os PPCs de dois cursos médio integrados ofertados no IFAC/CRB, a partir do entendimento de autores como Ciavatta; Frigotto; Ramos (2012), Dolabela (1999b), para discutir os conceitos, realidades e questionamentos a partir das alterações, mudanças e reformulações educacionais envolvendo o Ensino Profissional e técnico da Educação Básica, especificamente no Ensino Médio Integrado.

A pesquisa partiu inicialmente da análise da proposta do Relatório para a UNESCO – Educação um tesouro descobrir de Jacques Delors, com suas proposições para uma educação mais inclusiva, democrática e completa, que resulte em maior desenvolvimento educacional dos países (Unesco, 1998). Em seguida foi realizado uma análise dos trabalhos já realizados nos demais IFs na temática da educação para o empreendedorismo e por fim, procedeu-se uma análise dos PPCs dos cursos médio integrado do IFAC/CRB para identificar as abordagens utilizadas quanto a adoção da temática do empreendedorismo no currículo médio integrado.

Nesse sentido, admitiu-se que, além dos dados secundários – análise dos PPCs dos cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, foram utilizados estudos sobre empreendedorismo no meio privado e público – registros do Relatório Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE) do Ministério da Educação de Portugal (DOSSIER PNEE, 2007/2008), Relatório para a UNESCO – Educação um tesouro descobrir (Unesco, 1998), bem como literaturas voltadas para a temática do empreendedorismo.

Para a preparação do material a ser utilizado na pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre os temas: Ensino do empreendedorismo e Em-

preendedorismo na Educação básica, bem como sobre o empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica e nos Institutos Federais.

Esse levantamento legitimou, o percurso analítico, a partir dos seguintes documentos: leis, regulamentos, Resoluções, projetos e programas, livros, dissertações, arquivos escolares e discursos voltados educação empreendedora, que validam e reconhecem a autenticidade do Ensino do Empreendedorismo no Brasil e a sua fomentação na Rede Federal de Ensino Médio Integrado no Acre.

Buscou-se compreender os aspectos, particularidades e objetivos relacionados ao ensino médio integrado, com uma abordagem no EMI dos IFs, a partir da historicidade do conceito de empreendedorismo e seu vínculo com a educação.

Quanto às bases teóricas utilizadas, além da produção científica disponível, foram utilizados autores que são referência nacional sobre o tema da Educação Empreendedora no contexto empresarial, como Dolabela (2003), Dornelas (2018) e Fillion (1999; 2000) e no contexto educacional, Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012) e Lavieri (2010) a fim de contrapor os argumentos no campo educacional.

Destaca-se também, em que pese todo conjunto de estudos apontados para tratar do empreendedorismo na educação, o levantamento de documentos que orientam o discurso ideológico de entrada do empreendedorismo na educação básica nacional e a inserção no Ensino Médio Integrado nos IFs, afim de corroborar com a problemática trabalhada. Com efeito, o percurso metodológico seguiu em articulação dos resultados no próximo tópico.

1.4 Resultados e Discussões

Primeiramente vale ressaltar que uma das intenções ao analisar os documentos, pelas categorias relacionadas ao MHD, é esclarecer se os princípios da politecnia marxiana perpassam a formação dos alunos do EMI. Para tanto, foram observados dois PPCs, com o propósito de verificar se os mesmos oferecem diretrizes de conteúdo que promovam a educação politécnica nos cursos, pois “na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo” (Veiga, 2013, p.13).

Os elementos de análise foram, portanto, os PPCs dos Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores e do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática para Internet no IFAC - Campus Rio Branco (Ifac/Crb, 2017). Tal escolha se deu pelo fato de representar adequadamente o objeto de pesquisa, considerando o viés do paradigma dialético que possibilita a compreensão e a verificação das lutas históricas, políticas e, sobretudo, das forças produtivas no sistema capitalista, com suas contradições e análises; a concepção de educação pretendida; e as distinções na formação politécnica no EMI do IFAC/CRB nos cursos.

Ressalta-se que o uso dos PPCs de 2017 se deu em virtude da reformulação destes em 2017, não estando disponível os PPCs anteriores, ou seja, os PPCs da criação dos cursos em 2010.

A oferta dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio no IFAC/CRB é justificada nos PPCs ao considerar, além de empresas locais, o fato da “informática, hoje, está inserida em todos os segmentos do setor produtivo. A criação de oportunidades profissionais e de um novo perfil às profissões já estabelecidas advém da passagem da era da produção para a era da informação” no caso do curso de Redes (Ifac/Crb, 2017a, p.9). Já no caso do curso de Informática para internet,

Segundo dados do Comitê Gestor de Internet no Brasil sobre o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), 50% dos lares brasileiros estão equipados com pelo menos um computador e possuem acesso à internet¹. Esse dado mostra o potencial a ser explorado no desenvolvimento de sistemas computacionais relacionados à internet. Levando em consideração o crescimento do comércio e outros setores da economia em função dela, as possibilidades de atuação no desenvolvimento aumentam (Ifac/Crb, 2017b, p.9).

Entre os dois PPCs dos cursos médio integrado, apenas o curso médio integrado de Informática para internet, faz referência em sua justificativa ao conceito de politecnia e ensino unitário,

Portanto este documento prevê em seu texto o sentido **politécnico da educação**, sendo esta unitária e universal, a qual deve ser pensada à luz da superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica. Para tanto, é preciso incorporar trabalho manual e trabalho intelectual de forma integrada (Ifac/Crb, 2017b, p. 9. Grifos nossos).

Os PPCs dos dois cursos apresentam uma organização por eixos tecnológicos, possibilitam itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidade dos Campi, comprometidos com a identidade e missão institucional, contemplando os aspectos políticos, técnicos, econômicos e culturais, além de permear as questões da diversidade cultural, preservação ambiental, inclusão digital e social, bastante alinhados com a politecnia e omnilateralidade da concepção marxiana.

Ao utilizar o MHD como epistemologia de análise, pretende-se superar a dicotomia entre sujeito e objeto, com a possibilidade de discutir a realidade contraditória e em permanente transformação. Com a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, delineou-se os seguintes operadores para melhor compreensão e análise do objeto de pesquisa: acesso, permanência, concepção de ensino e práticas pedagógicas.

Primeiramente quanto à forma de acesso aos Cursos de EMI do IFAC/CRB, foi observado que este se dá por meio de processo seletivo, com classificação a partir da nota

obtida pelo aluno no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por meio da abertura do edital ao público concluinte do 9º ano do Ensino Fundamental ou curso equivalente.

São ofertadas anualmente uma turma para o Curso Técnico em Redes de Computadores e uma turma para o curso de Informática para internet, com 40 vagas cada, totalizando 80 vagas anuais. Além do processo de seleção, o ingresso poderá ocorrer por meio de transferência interna e/ou externa, conforme regulamento institucional vigente, ou determinação legal. Observa-se já, aqui, contradições inerentes ao sistema capitalista, pois, em Rio Branco, anualmente, mais de 67 mil alunos ingressam no 9º ano do Ensino Fundamental e destes cerca de 60% se formam (Inep/Mec. 2022), porém o IFAC/CRB – Campi Rio Branco, disponibiliza apenas 120 vagas por ano para Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ou seja, atende apenas uma pequena parcela dos egressos do Ensino Fundamental que busca o acesso gratuito a EPT de nível médio e o Ensino Médio de maneira simultânea.

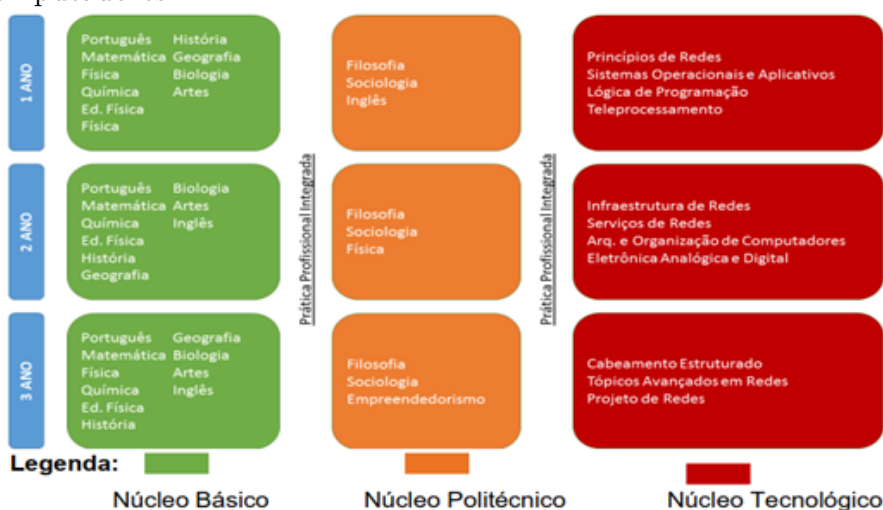
Considerando que os IFs se baseiam na pedagogia marxiana, esse modelo educacional não segue os princípios básicos da proposta proletária de Marx e Engels, uma vez que a oferta de vagas no IFAC/CRB responde aos interesses da proposta burguesa de escola do trabalho, ao formatar o acesso pela seleção. Isso porque na situação educacional brasileira atual, os alunos das melhores escolas, sejam elas públicas ou privadas, terão sempre melhores estímulos para a aprovação nos processos seletivos e, as barreiras educacionais entre os centros e as periferias brasileiras são grandes, mostrando que o modelo educacional não oferece a possibilidade de uma educação igual para todos.

Pela análise dos dois PPCs observa-se um viés da escola do trabalho, pela forma de acesso, porém nota-se uma preocupação com a desigualdade quando se observa a permanência do estudante, por meio de Assistência Estudantil, Auxílio permanência, Monitoria, Educação inclusiva, além de ações sociais como o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, demonstrando ter ciência da diversidade educacional dos ingressantes, pois tais iniciativas contribuem para diminuir as desigualdades, fortalecer o sentimento de pertencimento e auxiliar na conclusão do curso.

Quanto à concepção de ensino, foi observado nos documentos princípios que norteiam a formação do aluno do IFAC/CRB, como pesquisa, trabalho como princípio educativo e interdisciplinaridade, os quais coadunam com os ideais da formação politécnica. Entretanto, a estrutura dos PPCs dos dois cursos, apresenta lacunas ao destacar a subdivisão na organização do currículo do curso em três núcleos de formação: básico, politécnico e tecnológico, conforme rege os documentos PPCs, apresentado na Figura 1.2.

Quando os documentos propõem essa separação, em especial entre os núcleos politécnico e tecnológico, o pensamento de politecnia se esvai, já que, na proposta de Marx, os dois termos são sinônimos logo, deveriam se unir para fortalecer o trabalho como princípio educativo e a busca pela formação politécnica. Dessa forma, ao estruturar o documento em três núcleos, os conceitos de EMI foram descaracterizados, pois, além de delinear a

Figura 1.2: Representação gráfica do perfil de formação do Curso Técnico integrado em Redes de Computadores.



Fonte: IFAC/CRB, 2017.

continuidade da divisão entre as formações geral e técnica, se minimiza a proposta de politecnia.

Ao analisar o documento por meio de busca pela palavra-chave “politécnico”, encontramos quatro vezes no PPC do curso em Redes de Computadores (Ifac/Crb, 2017a) e cinco vezes no PPC do curso em Informática para Internet (Ifac/Crb, 2017b), mas, de forma adequada com os princípios marxianos de politecnia, apenas uma vez no PPC de Informática para Internet, quando este apresenta a justificativa para a oferta do curso.

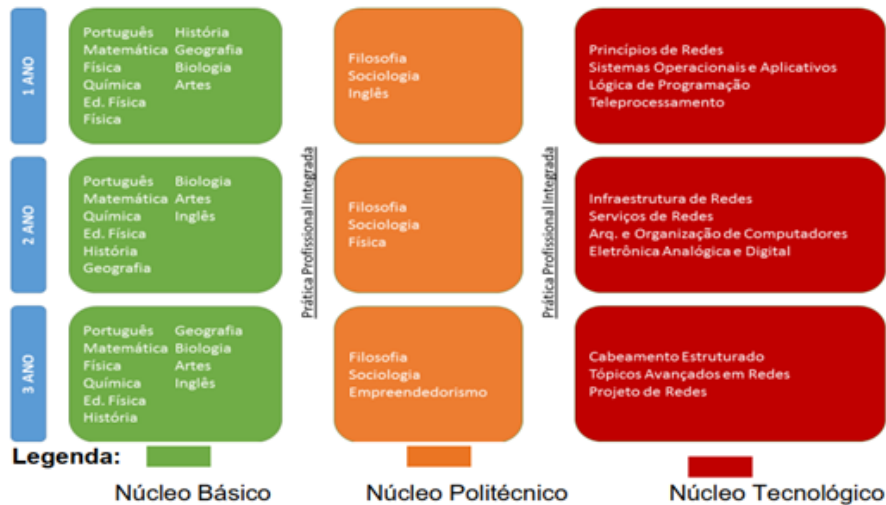
Outro ponto de distanciamento entre a proposta dos PPC dos cursos do pensamento politecnista, está no posicionamento da disciplina de empreendedorismo entre os dois cursos, quanto aos núcleos de formação. No PPC do curso de Redes de Computadores, a disciplina se apresenta no Núcleo Politécnico, já no Curso de Informática para Internet, ela se apresenta no Núcleo Tecnológico, conforme pode ser visualizado na Figura 1.3.

Porém há de se perceber que ao defender a integração no currículo, a proposta ratifica conceitos de interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, como ao propor que

As políticas dos diferentes níveis de ensino do IFAC/CRB são pautadas no incentivo à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, com ênfase, na educação para os direitos humanos, educação ambiental, estudo das relações étnico-raciais e desenvolvimento nacional sustentável, priorizando a autonomia, a inclusão e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento da ação educativa. (Ifac/Crb, 2017 b, p. 16)

Entretanto essa forma separada dos Núcleos, desvirtuam o princípio educativo do pressuposto do conceito de politecnia, referente a formação integral do aluno e a inserção da disciplina em diferentes Núcleos de formação, pressupõe alguns questionamentos, do

Figura 1.3: Representação gráfica do perfil de formação do Curso Técnico integrado em Informática para internet.



Fonte: IFAC/CRB, 2017.

tipo: há divergência de entendimento quanto a proposta da disciplina no tipo de formação dos dois cursos? Ou o curso de informática, não considera o ensino de empreendedorismo como possível de se incluir no conceito de politecnicia? Talvez valha a pena um maior aprofundamento para elucidar essa questão, em um outro momento, a fim de não desviar o foco do trabalho.

Com base na matriz curricular dos Cursos analisados, não é possível enfatizar que a “educação enquanto uma totalidade social, em que o **trabalho** é um princípio educativo” seja o eixo prioritário para formação educacional, se considerar a disparidade nas cargas horárias entre os núcleos, com a maior valorização do núcleo básico (Brasil, 1996. Grifo nosso).

Assim, mesmo ao retomarmos o pensamento de Marx sobre a importância de uma formação intelectual para a classe operária, de forma a associar o ensino intelectual à formação profissional, fica evidente que nos PPCs analisados há uma discrepância entre as carga horários dos núcleos, com um número reduzido de disciplinas no núcleo politécnico, que mesmo somando os dois núcleos (politécnico e tecnológico) – propósito sustentado por Marx e Engels, Saviani (2011) e Manacorda (2017) –, a carga horária ainda continua inferior ao núcleo básico.

A inclusão do empreendedorismo, nos projetos pedagógicos de quase todos os cursos do IFAC/CRB, demonstra uma preocupação da instituição relacionada a formação empreendedora ofertada aos alunos, além de projetos de estímulo ao empreendedorismo entre os alunos, como o Desafio IFAC de Ideias Inovadoras (edição em 2015, 2018, 2019 e 2021 - essa última edição aberta a todas as instituições de ensino do Estado do Acre, em formato on-line).

Se considerarmos que a expansão da rede federal de educação profissional, por meio dos Institutos Federais, trouxe um crescimento considerável da oferta de oportunidades de formação técnica e profissional, e com ela a esperança de que os egressos desses cursos técnicos preenchessem rápido e qualificadamente as lacunas de mão de obra do mercado de trabalho ou transformassem essa formação em oportunidades de negócio e que profissionais competitivos, competentes e com ideias originais e viáveis para resolução de problemas, empreendedores e criadores de novos negócios são características que estão pautadas no empreendedorismo, rapidamente percebe-se a perspectiva da proposta dos IFs quando ao empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos, em que, no caso do IFAC/CRB, 100% dos cursos Técnicos subsequentes, Bacharelados e Tecnológicos possui disciplinas de empreendedorismo em suas grades curriculares.

Entretanto observando as matrizes curriculares nos PPCs dos cursos analisados, pode-se afirmar que não existe uma formação empreendedora de fato, mas pequenas ponderações sobre o que vem a ser empreendedorismo e sua importância social e econômica, como constata Marques e Flores (2018, p.8):

A formação empreendedora não é algo que se consegue instantaneamente, ou por meio de uma disciplina num dado momento, sendo tratado de forma restrita, superficial e distante do contexto. Constrói-se ao longo da formação e para isso é essencial o exercício da experimentação, vivência, ações de extensão, diálogo e pesquisa.

O Dossier PNEE, no seu relatório final de 2007/2008 apresenta considerações sobre a implementação do projeto afirmando que “a aprendizagem pela prática e a experiência concreta do empreendedorismo, graças a actividades e projectos práticos, constituem as melhores formas de promover o espírito empreendedor e as competências ligadas ao empreendedorismo” (Dossier Pnee, 2007/2008, p. 76).

Por esse prisma, analisando as ementas da disciplina de empreendedorismo nos dois cursos (Figuras 1.4 e 1.5), verifica-se nitidamente uma abordagem de forma superficial, das práticas pedagógicas, em um momento específico e demarcado do curso, sem um diálogo/conexão com outras áreas.

A Figura 1.4, evidencia uma ementa bastante específica, centrada basicamente no ensino de marketing digital. Isso se vê quando dos 19 assuntos apresentados na ementa 13 são destinados à área de marketing e nenhuma referência quanto às questões relativas ao comportamento empreendedor ou a formação omnilateral do sujeito.

Já a Figura 1.5 evidencia uma ementa bastante restritiva, dos 14 assuntos apresentados na ementa, 8 são destinados à área de marketing e novamente nenhuma referência quanto às questões relativas ao comportamento empreendedor ou a formação omnilateral do sujeito.

Além disso, analisando o conteúdo das ementas, não se verifica uma abordagem da ideia de empregabilidade, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades

Figura 1.4: Ementa da disciplina de empreendedorismo, curso de Informática para Internet.

Componente Curricular Empreendedorismo	
CH 60h	Período letivo 3º
Ementa	
Conceito de empreendedorismo. Busca de informações e geração de ideias. Mecanismos e procedimentos para a criação de empresas. Gerenciamento e negociação. Qualidade e competitividade. Introdução ao marketing. Marketing no contexto das novas tecnologias. Marketing na internet. Métricas e conversão: conceitos e definições. Indicadores de performance. Analytics. Landing pages. Banners. Marketing em redes sociais. Search Engine Marketing: links patrocinados e Search Engine Optimization. E-mail marketing. E-commerce. Marketing de conteúdo. Boas e más práticas: spam.	
Ênfase tecnológica	
Áreas de Integração	
Segurança de aplicações web: spam.	

Fonte: IFAC/CRB, 2017.

Figura 1.5: Ementa da disciplina de empreendedorismo, curso de Redes de Computadores.

COMPONENTE CURRICULAR: EMPREENDEDORISMO			
Carga Horária:	60 h/r	Período Letivo:	3º ano
Ementa			
Conceito de empreendedorismo. Busca de informações e geração de ideias. Mecanismos e procedimentos para a criação de empresas. Gerenciamento e negociação. Qualidade e competitividade. Introdução ao marketing. Marketing no contexto das novas tecnologias. Marketing na internet. Banners. Marketing em redes sociais. E-mail marketing. E-commerce. Marketing de conteúdo. Boas e más práticas (spam).			
Ênfase Tecnológica			
Marketing no contexto das novas tecnologias.			
Áreas de Integração			

Fonte: IFAC/CRB, 2017.

empreendedoras, contradizendo o objetivo do EMI que é formar jovens para às demandas do mundo laboral, assim como não há nenhuma referência quanto a reflexão sobre os seus desejos e sobre o contexto social onde se insere, a realidade da instituição de ensino e do mundo do trabalho, entre outros, de maneira que possa contribuir para que o indivíduo possa traçar um rumo para sua vida (Marques; Flores, 2018).

Uma proposta seria uma disciplina de empreendedorismo com uma metodologia que privilegiasse a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade durante todo o percurso formativo do aluno, com práticas pedagógicas concomitantes como projetos de extensão, pesquisa, olhando sempre para a realidade regional (contexto territorial) refletida nas condições de vida e trabalho da maior parte da população, consideradas nas atividades práticas. Isso porque elas influenciam diretamente nas oportunidades, no acesso à informação, saúde, educação e renda.

Assim a geração de ideias e os assuntos relativos ao Marketing, poderiam ser muito bem aproveitados no laboratório de prototipagem do IFAC/CRB (IFMaker), onde o aluno por meio da metodologia *Learning by Doing* (Aprender fazendo), que tem relação direta com a teoria da educação exposta pelo filósofo americano John Dewey e pelo pedagogo latino-

americano Paulo Freire, de uma abordagem prática para o aprendizado, o que significa que os alunos devem interagir com o ambiente para se adaptar e aprender, exploraria a elaboração de projetos que pudessem ter potencial de entrar para a Incubadora do IFAC/CRB, transformando a ideia em um negócio de sucesso.

1.5 Conclusão

Partindo do pressuposto de que o MHD se trata de “uma filosofia de transformação que visa, por meio da análise histórica e dialética da realidade alcançar sínteses que retomem, em outra dimensão, o conhecimento inicial e que visem, em uma última instância a transformação social e coletiva” (Leite, 2017, p.850), a pesquisa permitiu sair da zona de conforto e buscar cientificamente respostas (e novas perguntas) às indagações, instigando, a busca por mecanismos que possam esclarecer o contexto vivido, ou lançar novas perspectivas de análise para que, a partir dos dados encontrados, possa contribuir com mudanças significativas e compatíveis à realidade observada e analisada.

As discussões demonstram que a formação empreendedora dos cursos em EMI do IFAC/CRB/Campus Rio Branco não tem definição de trabalho e objetivos voltados para os conceitos de politécnia defendida pela EPT. Dado as dificuldades existentes, a formação empreendedora, essencial para preparação do profissional na compreensão, interação e inserção no mercado de trabalho, é prejudicada.

Embora se constatou que os IFs possuem uma inclinação visível para o ensino do empreendedorismo, por meio da análise de seus PPCs, ainda não apresenta um consenso entre o que é defendido pela EPT, o que é postulado por autores favoráveis ao ensino de empreendedorismo nas escolas e os que são contrários a temática nos currículos escolares. Contudo, observa-se uma mudança gradual no IFAC/CRB na busca pelo desenvolvimento de atividades voltadas para o empreendedorismo e inovação, experimentando e se adaptando, até que essa transformação se torne elemento de sustentação.

Levantar discussões, foi o propósito deste artigo, tentando alinhar os meios aos fins da pesquisa, a fim de identificar, nos documentos institucionais do IFAC/CRB, as abordagens do ensino de empreendedorismo nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Campus Rio Branco, conciliando-os com o rigor científico exigido pela comunidade acadêmica, o que neste ponto, entende-se que foi alcançado.

1.6 Referências

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008a. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de set. de 2022.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral: por que lutamos? Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>>. Acesso em: 4 set. 2022.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação Profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis: Vozes, 2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac, 2017.

DOLABELA, F. O Ensino de Empreendedorismo no Brasil: Uma Metodologia Revolucionária. São Paulo: Fundação Vanzolino. 1999a.

_____. Oficina do Empreendedor: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1999b.

DRUCKER, P.F. Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios. São Paulo: Cengage Learning. 1986.

FERNANDES, Renê José Rodrigues. Breve histórico do ensino do empreendedorismo no Brasil. Escola de negócios, FGV, 2013.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/328757189_Breve_historico_do_ensino_de_empreendedorismo
Acesso em: 03 nov. 2022.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 HAEMING, Waléria K. Gerenciamento do discurso pedagógico numa perspectiva empreendedora: uma reflexão sobre a linguagem do discurso pedagógico. 2001, 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

IFAC/CRB. Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores. Campus Rio Branco, Portaria nº 76 de 07 de fevereiro de 2017a; Boletim extraordinário Ano VII – nº 07 13/02/2017.

- IFAC/CRB. Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática para Internet. Campus Rio Branco, Portaria nº 76 de 07 de fevereiro de 2017b; Boletim extraordinário Ano VII – nº 07 13/02/2017.
- IFAC. Resolução CONSU/IFAC/CRB nº 41, de 14 de outubro de 2021. Aprova a 1ª revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 do IFAC/CRB. Disponível em: https://www.IFAC/CRB.edu.br/o-IFAC/CRB/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/1/plano-de-desenvolvimento-institucional/Resolucao41_2021PDIIFAC/CRB.pdf
- INEP/MEC. O Censo Escolar: Resumo Técnico do Estado do Acre Censo Escolar da Educação Básica 2021. Diretoria de Estatística Educacional – DEED. Brasília/DF, 2022
- JULIATTO, Marco Antonio. Identidade e análise das competências empreendedoras dos cursos técnicos: CEFET/SC – unidade de ensino de Florianópolis. 2005, 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do Materialismo Histórico-Dialético para as pesquisas em Mestrado Profissionais na área de ensino de humanidades. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, p. 847-856, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1405/1362>. Acesso em: 5 out. 2022.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).
- MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. 3. ed. Campinas: Alínea, 2017.
- MARQUES, Marieli da Silva; FLORES, Francisco Sperotto. Empreendedorismo nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFFAR. *Proceeding of ISTI/SIMTEC – ISSN:2318-3403 Aracaju/SE – 19 a 21/09/ 2018. Vol. 9/n.1/ p.386-395 386 D.O.I.: 10.7198/S2318-3403201800010045*. Disponível em: <https://www.api.org.br/conferences/index.php/ISTI2018/ISTI2018/paper/viewFile/657/303>. Acesso em: 23 de out. de 2022.
- MARX, Karl. Instruções para os delegados do conselho geral provisório. 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 18 out. 2022
- PACHECO, Eliezer (Org.). Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEBRAE. Despertar: capacitação de professores. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/despertar,583f1fef5bf39710VgnVCM100000d701210aRCRD> Acesso em: 19 de set de 2022.

SILVA, Fernanda Góes da; CÁRIA, Neide Pena. A inserção do empreendedorismo na educação básica. Anais do XII Congresso Nacional de Educação. São Paulo: Educere, 2015.

PRELAC, uma trajetória para a educação para todos. Panorama sócio educacional: Cinco visões sugestivas sobre a América Latina e o Caribe. Revista Prelac, Ano 1 N° 0 / agosto de 2004. Disponível no site https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por. Acesso em 06 de nov. de 2022.

PNEE (Projecto Nacional “Educação para o Empreendedorismo”). Relatório Final – Educação para o empreendedorismo. DGIDC. 2007/2008. ME. Portugal. Disponível em: dge.mec.pt/educacao-para-o-empendedorismo/projeto-nacional-de-educacao-para-o-empendedorismo. Acesso em: 21 de set. de 2022.

UNESCO. Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições Asa. 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).